



Recebido em 04/08/2023

Aceito em 09/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.50377

ARTIGO

Entendendo o Hoje Social Brasileiro Mediante Conhecimento do Seu Ontem Histórico: O Cordel Como Ferramenta Pedagógica no Ensino de História

- Understanding The Brazilian Social Today Through Knowledge of its Historical Yesterday: Cordel as a Pedagogic Tool in History Teaching

José Ferreira Júnior

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande
<https://orcid.org/0000-0001-8352-8828>

RESUMO: Este texto traz à luz um diálogo entre Ensino de História e Literatura de Cordel, tendo como proposta discutir o hoje social brasileiro, a partir de investigação feita ao seu ontem histórico, levando-se em conta as práticas sociais do machismo, do racismo e da homofobia. Trata-se de abordagem qualitativa, justaposta à revisão bibliográfica exploratória. É trazido para análise o cordel, previamente construído em forma de sextilhas, e usado como ferramenta pedagógica no ensino de história, tanto em aulas na educação básica no Ensino Médio, quanto no Ensino Superior. É promovido o diálogo entre História, Sociologia e Antropologia. Percebe-se, enquanto resultado, que os discentes mostram maior interesse e participação nas aulas, em decorrência da existência de identificação com o cordel, uma vez que este se constitui como um dos elementos da cultura que vivenciam.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Literatura de Cordel. Ferramenta Pedagógica.

ABSTRACT: This text brings to light a dialogue between History Teaching and Cordel Literature, with the proposal to discuss the Brazilian “social today,” based on an investigation made into its “historical yesterday,” taking into account the social practices of machismo, racism and homophobia. It is a qualitative approach, juxtaposed to the exploratory literature review. The “cordel” is brought for analysis, previously constructed in the form of sextiles, and used as a pedagogical tool for the teaching of history, both in classes in school-level education and high school, as well as in college-level education. A dialogue between History, Sociology and Anthropology is therefore promoted. As a result, it can be seen that students show greater interest and participation in classes, due to their identification with cordel, since it is one of the elements of their experienced culture.

KEYWORDS: History Teaching. Cordel Literature. Pedagogical Tool.

Introdução

Uma das possibilidades de abordagem histórica é a problematização do presente buscando relacioná-lo ao passado. Ou seja, aquilo que se apresenta no hoje do pesquisador, este o entende como sendo desdobramento de ações anteriormente executadas por homens e mulheres. Trata-se do que se chama história problema.

O hoje social brasileiro se apresenta perpassado por concepções, cujas explicações se encontram no seu ontem histórico. Há uma maneira de ser e estar no mundo – cultura – que em suas representações trazem à luz práticas tidas como naturais, isto é, não obstante derivar da invenção humana, experimentam naturalização (LARAIA, 2011).

Este texto busca discutir algumas dessas práticas – machismo, racismo e homofobia –, mostrando-as possuidoras de raízes no ontem histórico brasileiro, dizendo-as resultantes de ações sociais racionais (WEBER, 2010) e que, mediante o processo educativo vivenciado naquela temporalidade, foram partícipes da socialização experimentada, quando do processo de formação social brasileira.

Entendemos que se as práticas do machismo, do racismo e da homofobia, hoje presentes no cotidiano social brasileiro, tiveram na educação a via por que foram inculcadas, faz-se imprescindível que através da educação sejam elas desconstruídas e desnaturalizadas, visto que o que é cultural é passível, dentre outras coisas, de desconstrução.

A metodologia utilizada para esse fim é o uso do cordel como ferramenta pedagógica no ensino de História. A opção por esse ferramental tem sua justificativa no fato de o cordel ser elemento partícipe da cultura nordestina, principalmente na parte maior do Nordeste, o Sertão.

Assim, o uso do cordel no ensino de História traz ao aluno a possibilidade de lidar com algo com que se identifica, fazendo-o enxergar sentido naquilo que lhe é transmitido. E, ainda, a utilização do cordel em aulas de história ultrapassa o fato de ser apenas uma ferramenta pedagógica, uma vez que permite a possibilidade de se construir e ou despertar uma relação identitária entre o sujeito (aluno) e o contexto onde está inserto, promovendo a possibilidade de sua conscientização, no referente ao seu papel de sujeito histórico (RÜSSEN, 2010).

Ademais, promover a interdisciplinaridade entre campos de conhecimento – História e Literatura de Cordel – é andar em concordância com o que recomendam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que propõem a superação tanto da fragmentação quanto da compartimentalização dos saberes, ou seja, a erradicação do formato cartesiano curricular (MODESTO; SANTOS, 2015).

Percebe-se haver, dessa forma, por parte da instância estatal, incentivo à busca de interdisciplinaridade, quando do ensino de história, com o campo da literatura, onde se insere a Literatura de Cordel (BRASIL, 1997). Além disso, a interdisciplinaridade na educação, além do desenvolvimento de novos saberes, favorece novas formas de aproximação à realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas (FAZENDA, 2016).

Deixamos claro que o cordel aqui utilizado foi previamente confeccionado pelo autor e professor, a partir da definição do que seria trazido e discutido em sala de aula, isto sendo feito alinhado com o que diz Certeau (2007, p. 67): “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência e que este sistema permanece uma filosofia implícita particular, infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor”. Reafirmamos, dessa forma, que o cordel aqui utilizado não se constitui uma fonte, mas é construído a partir de fontes consultadas.

Trata-se de um cordel com a estrutura de sextilha, cuja composição são seis linhas (ou seis versos), com sete sílabas poéticas, havendo a obrigatoriedade das terminações do segundo, quarto e sexto versos rimarem entre si. Em nossa proposta ferramental pedagógica não levamos em consideração a rigidez métrica, visto que a intenção não é confeccionar um cordel dentro dos padrões consagrados, mas produzir algo que, com um toque de ludicidade, possa vir a promover aprendizagem, quando do ensino de História. Assim, o cordel CULTURA é composto por doze estrofes. É primeiramente exposto em sua totalidade e, depois, explicitado, à luz da teoria e do conhecimento histórico, estrofe por estrofe ou conjunto de estrofes, conforme a necessidade.

O público alvo se constitui de estudantes, com faixa etária entre quinze e dezessete anos, cursando o terceiro ano do Ensino Médio. As turmas, que são duas, mostram-se mistas, no referente à origem dos seus participantes, ou seja, há estudantes tanto da zona urbana quanto da zona rural, com maioria feminina. Em ambas as turmas há a presença de negras, negros e pessoas LGBTQs.

A escola, que vivencia o modelo integrado de ensino, ou seja, oferta o curso médio profissionalizante, situa-se na zona urbana, em bairro que se constitui extensão do centro da cidade. É considerada de pequeno porte. Possui oito salas de aula climatizadas, biblioteca, refeitório, quadra de esportes, banheiros, laboratório de informática, salas de professores, de gestão e de secretaria.

Relacionado à metodologia empregada, esta constou de explanação acerca das temáticas racismo, machismo e homofobia – elementos previamente escolhidos para debate -, como sendo construções culturais e, por conseguinte passíveis de serem desnaturalizados e desconstruídos, mediante explicação histórica, sociológica e antropológica.

Como resultado, verificou-se a participação ativa dos estudantes, visto que, além da literatura de cordel fazer parte dos seus cotidianos, o cordel em discussão tratava de temáticas que lhes geravam interesse, uma vez que, voluntariamente, existiram depoimentos acerca do sofrimento de machismo, racismo e, principalmente homofobia, tanto no espaço escolar quanto fora dele.

CULTURA

Homens e mulheres fazem
A sociedade existir
E o seu comportamento
Forma de ser e sentir
Para se normatizar
Invenções vão construir

Inventa-se, pois, o agir
“Correto”, em sociedade
E o que foi inventado
Ganha status de “verdade”
A maioria concorda
Eis a “sociabilidade”

Porém, há necessidade
De buscar se explicar:
Que o que está definido
A forma de se comportar
Não existe desde sempre
É de humano inventar

Que procura contemplar
De um grupo, a satisfação
Que em certo tempo histórico
Percebe a ocasião
De impor o seu querer
Embasado na “razão”

Assim, a colonização
Imposta por Portugal
No Brasil enraizou
Agir educacional
Cujos desdobramentos
Veem-se hoje em seu social

Hoje se mostra real
Ao homem a submissão
Da mulher, e violenta
Revela-se a relação
De gênero, que se apoia
Na cristã religião

Deve-se fazer menção
De outro praticismo
Que vem das nossas origens
Efeito do colonialismo
Que hoje se faz recorrente
E que se chama racismo

Também do religiosismo
Prática se evidencia
À heterossexualidade
Louvor, então, anuncia
E ao homossexual
Promove homofobia

Que atribui simpatia
A quem também compartilha
Que só homem e mulher
Seguindo na “santa” trilha
Podem vir a construir
A “verdadeira” família

Assim, então, estribilha
Do social, a “razão”
Definindo o ideal
A ser vivido e, então
Taxa a “desobediência”
Como desvio de função

Buscar na investigação
O conhecer, sempre mais
Desconstruir tais práticas
Mostrá-las não naturais
Exercer bem a função
De Cientistas Sociais

Mostrando, pois, que os ais
Que no social perdura
Negro, mulher e homossexual
Deles sofrendo a agrura
NÃO existem desde sempre
É invenção, é Cultura!

Ferreira Júnior
“Arremedo de Poeta”

Homens e mulheres fazem / A sociedade existir/ E o seu comportamento /
Forma de ser e sentir / Para se normatizar / Invenções vão construir /
Inventa-se, pois, o agir / “Correto”, em sociedade / E o que foi inventado /Ganha
status de “verdade”/ A maioria concorda / Eis a “sociabilidade” (FERREIRA
JÚNIOR, 2023).

É do coletivo social que provém a idealização do comportamento em sociedade. A sociabilidade, que prioriza o convívio amistoso social, decorre da socialização, que se constitui da introjeção no indivíduo dos valores tidos como corretos pelo coletivo social (DA MATTA, 2000). O coletivo se sobrepõe ao indivíduo e lhe impõe seus valores, definidos como verdadeiros (DURKHEIM, 2007).

Assim, o plano simbólico, que é desenvolvido pelos homens em sociedade e que ultrapassa o plano biológico, expressa a capacidade criadora do homem, que busca incessantemente soluções e adaptações diante de tempos e espaços determinados (RECHENBERG, 2012) e, dessa forma, envolve-se na produção de símbolos significantes que, segundo Geertz (1989, p. 33) são “qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência”.

Porém, há necessidade / De buscar se explicar / Que o que está definido / A
forma de se comportar / Não existe desde sempre / É de humano inventar / Que
procura contemplar / De um grupo, a satisfação / Que em certo tempo histórico /
Percebe a ocasião / De impor o seu querer / Embasado na “razão” (FERREIRA
JÚNIOR, 2023).

No que se refere a sua origem, não há concordância entre os estudiosos do modo de ser e estar dos homens no mundo. Ou seja, variam as afirmações acerca do momento axial ou ponto zero (REIS, 2006) relacionado à definição grupal de um modo comportamental social. Não sendo nossa proposta discutir essa gênese, aqui lançamos mãos do entendimento de Clifford Geertz, em sua obra “A Interpretação das Culturas” (1989), relacionado ao modo de ser e estar humano em sociedade, quando afirma: “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (1989, p. 15).

Essas teias, as quais Geertz (1989) chama cultura, não se constituem algo dado *a priori*, ou seja, não é algo ligado à essência humana, mas que se constrói num determinado espaço e numa determinada temporalidade, que resulta de humano inventar (LARAIA, 2011). Assim, porque se compõe de homens e mulheres, qualquer que seja a sociedade, é tributária de uma cultura, é possuidora de um modo de ser e estar no mundo (DA MATTA 2000), de sorte que não existe sociedade sem cultura (LA PLATINE, 1991).

O modo de ser estar no mundo de uma sociedade – forma de ser e sentir - traz aos seus membros uma identificação, ou seja, os sujeitos de um mesmo grupo se reconhecem como partícipes das mesmas práticas, dos mesmos costumes, das mesmas crenças. São possuidores de uma identidade cultural (CUCHE, 2002), o que o fazem diferenciados de outros sujeitos pertencentes a outro grupo (LA PLATINE, 1999) e,

além disso, enxergam o mundo a partir dos óculos culturais que usam (BENEDICT, 2009).

Assim, a colonização / Imposta por Portugal / No Brasil enraizou / Agir educacional / Cujos desdobramentos / São vistos em seu social (FERREIRA JÚNIOR, 2023).

O Brasil está na grande lista dos países que sofreram colonização de exploração na América Latina. A metrópole colonizadora brasileira foi Portugal, que a partir de 1530 implantou efetivamente o seu processo colonizador (FAUSTO, 2004)¹.

A socialização é a forma por que o aprendizado cultural ocorre e a sua efetivação se dá pelo processo educativo (DURKHEIM, 2011). Assim, a educação, tanto assistemática quanto sistemática, é a grande ferramenta socializadora existente em uma sociedade (SANTOS, 2010), sendo a escola uma via por que se reproduz o que se definiu socialmente como ideal (BOURDIEU; PASSERON, 2020).

Na colônia brasileira, a educação ficou a cargo dos jesuítas (SAVIANI, 2019), tidos como soldados cristãos, cuja Ordem foi oficialmente declarada pertencente aos quadros da Igreja Cristã Católica, no Concílio de Trento (1545 – 1563), pelo Papa Paulo III, dentro do que se chama movimento de Contra Reforma².

A ação pedagógica jesuíta se prestava a inculcar nos nativos e colonos a submissão à Coroa portuguesa e a implantar os elementos constitutivos do credo cristão católico, demonizando qualquer outro credo na colônia, visto que, “para os jesuítas a religião católica era considerada obra de Deus, enquanto as religiões dos índios e dos negros vindos da África eram obra do demônio” (SAVIANI, 2019, p. 47).

Além disso, a catequese jesuítica atendia um imperativo papal, que era estabelecer, na hoje chamada América Latina, um bastião da fé cristã católica e, dessa forma, fazer frente ao cristianismo protestante que, desde 1517, com a eclosão da Reforma Protestante, avançava tanto na Europa quanto na parte Norte da América (FAUSTO, 2004).

Hoje se mostra real / Ao homem a submissão / Da mulher, e violenta / Revela-se a relação / De gênero, que se apoia / Na cristã religião (FERREIRA JÚNIOR, 2023).

A religião é uma construção social que tem na moral seu pilar de sustentação. Por sua vez, a moral se apresenta como sendo “um conjunto de normas aceitas, livre e consciente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (FERREIRA JÚNIOR, 2020, p. 17). Desse modo, verifica-se eficácia significativa da religião no

¹ A posse oficial das terras brasileiras por Portugal se deu em abril de 1500. Todavia, entre 1500 e 1530 somente ocorreu no Brasil a exploração predatória do pau-brasil. Em 1530, com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, iniciou-se, de fato, a colonização, com a implantação das chamadas Capitânicas Hereditárias (FAUSTO, 2004).

² Os primeiros padres jesuítas chegaram à colônia brasileira juntamente com o primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, em 1549. Eram em número de seis elementos e liderados pelo padre Manoel da Nóbrega.

processo socializador, visto que, na inculcação do que é idealizado pelo coletivo social, atua legitimando e naturalizando.

Um dos alvos do uso da religião é a mulher, no referente à sua desqualificação e consequente inferioridade, pois, de acordo com Silva (1992, p. 71), “a religião tem sido um dos elementos fundamentais na reafirmação da representação do feminino como imperfeito e inferior, exposto ao mal e à submissão ao homem”. Assim, o sagrado, algo pensado e construído socialmente, atua como elemento indispensável à concretização do que humanamente foi idealizado, que visa a um fim previamente pensado, que atende a interesses específicos, ou seja, “verifica-se a importância instrumental da religião no referente à condição de subalternidade da mulher em relação ao homem, bem como da ação de desmandos deste em relação àquela” (FERREIRA JÚNIOR, 2020, p. 17).

O colonizador trouxe consigo o entendimento europeu, à época, acerca do feminino. Tratava-se de concepção que remontava à Antiguidade, que mostrava a mulher concebida numa realidade dicotomizada, pois, segundo Follador (2009), poderia ser representada por Eva, tida como a primeira mulher e sinônimo de tentação possibilitadora de empreender corrupção ao homem, ou, apreendida pelo exemplo da Virgem Maria, exemplo de submissão aos quereres divinos e de pureza, capaz de gestar sem pecado.

A premissa colocada acima norteou o agir dos padres jesuítas, quando do desenvolvimento do processo educativo, este perpassado pela religião. Sendo o cristianismo derivado do judaísmo e este, por sua vez, um credo onde se verifica a superioridade masculina e a consequente submissão da mulher ao homem, “a toda poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina e o fundamento escolhido para o justificar era simples: O homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade” (ARAÚJO, 2004, p. 45) e, assim, desde o período colonial, a exigência de submissão, recato e docilidade às mulheres foi imposta e, tais exigências, “levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele” (FOLLADOR, 2009, p.8).

Deve-se fazer menção / De outro praticismo / Que vem das nossas origens /
Efeito do colonialismo / Que hoje se faz recorrente / E que se chama racismo
(FERREIRA JÚNIOR, 2023).

A prática do racismo é recorrente no hoje social brasileiro. Essa prática encontra enraizamento nos mais de três séculos de escravização de gentes africanas em solo colonial brasileiro, que de forma compulsória foram arrancadas dos seus lugares e transportadas para o Brasil, com a finalidade de fazer funcionar o projeto colonizador português, conforme se explica abaixo.

A colonização portuguesa no Brasil se efetou a partir da implantação da chamada empresa açucareira na forma de *plantation*, que se constituía da somatória de elementos, a saber: latifúndio (engenho), monocultura (cana-de-açúcar), mão-de-obra escrava (negros africanos) e exportação.

O lançar mão da escravização de negros africanos foi algo pensado e planejado por três atores históricos: a Coroa portuguesa, a Igreja e a burguesia metropolitana³. Cada um desses sujeitos desenvolvendo ação racional visando a um fim que satisfazia suas particulares demandas (WEBER, 2010).

Quanto à Coroa portuguesa, esta se satisfazia em seu intento de ver funcionar a empresa açucareira a ser implantada na colônia brasileira, visto que, segundo Schwartz (2019, p. 222), “só o tráfico de escravos africanos fornecia um abastecimento internacional de mão de obra em grande escala e relativamente estável, que acabou por fazer dos africanos escravizados as vítimas preferenciais”. Com esta afirmação corroboram Reis e Gomes (2012, p. 9), quando afirmam que “foram os africanos e seus descendentes que constituíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de escravidão”.

No referente à Igreja, a opção por traficar gentes africanas satisfazia seus quereres, pois não recairia a escravização sobre os nativos ou indígenas – a quem objetivava catequizar e arregimentar para a fé cristã católica – mas sobre os africanos. Estes, segundo o discurso eclesiástico, eram descendentes de Cam, um dos três filhos de Noé, patriarca hebreu, que fora, por seu pai, expulso do convívio familiar e amaldiçoado, conforme a narrativa bíblica de Gênesis 9: 20 – 25. Para a Igreja, a cor preta da pele das gentes africanas era decorrente da maldição noélica e, dessa forma, a escravização das gentes africanas era necessária, porquanto através dela se daria a purgação dos seus pecados. Corroboração com esta afirmação é vista em sermões do padre Antônio Vieira, jesuíta, que atuou no Brasil, no século XVII.⁴

Por sua vez, a burguesia metropolitana via no tráfico de gentes africanas para escravização no Brasil algo significativamente rendoso (FAUSTO, 2004), em decorrência da proibição da escravização de indígenas pela Coroa portuguesa, em 1570 e, por conseguinte a decretação do uso de mão-de-obra escrava africana⁵. A burguesia metropolitana acumularia capital com o significativo lucro da comercialização de africanos escravizados, pois, de acordo com Schwartz (2019), o preço de um escravo indígena, chamado de negro da terra pelos portugueses, na década de 1570, girava em torno de sete mil-réis, um escravo africano tinha o custo geral de vinte mil-réis, quase o triplo a mais.

Também do religiosismo / Prática se evidencia / À heterossexualidade / Louvor, então, anuncia / E ao homossexual / Promove homofobia (FERREIRA JÚNIOR, 2023).

³ Diz-se da burguesia que habitava em Portugal.

⁴ Assunto do presente sermão: a irmandade da Senhora do Rosário promete a todos os escravos uma carta de alforria, com que gozarão a liberdade eterna na segunda transmigração da outra vida, e com que se livrarão nesta do maior cativeiro da primeira (VIEIRA, Sermão XXVII, c. 1).

⁵ Pela primeira vez, a escravidão indígena foi proibida, por meio de Carta Régia de 1570, que instituiu a “Guerra Justa” e a escravidão voluntária. Todavia, no transcorrer histórico colonial brasileiro se verificou a não observação dessa determinação real.

O credo cristão, seja católico ou protestante, no referente à sexualidade, arbitra a existência de macho e fêmea, sendo o gênero definido pela genitália. Assim, a orientação sexual que não se encaixe nessa dicotomização é tida como pecaminosa e, por conseguinte combatida como sendo resultado de ingerência maligna.

Na sociedade brasileira contemporânea se verifica forte presença do sentimento de repulsa às pessoas que não se enquadram no que declara o discurso cristão sobre a sexualidade. Justaposta a essa repulsa aparece a violência praticada contra pessoas LGBTQIA+⁶, como registra o Grupo Gay da Bahia - GGB, que há quarenta e um anos divulga o Relatório Anual de Mortes Violentas de pessoas LGBTQIA+, como se verifica abaixo, relacionado ao ano de 2020:

Em 2020, 237 pessoas tiveram morte violenta relacionada à sua orientação sexual ou identidade de gênero. O levantamento dá conta de 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Pela primeira vez, desde 1980, as travestis ultrapassaram os gays em número de mortes: 161 travestis e trans (70%), 51 gays (22%) 10 lésbicas (5%), 3 homens trans (1%) e 3 bissexuais (1%), além de 2 heterossexuais confundidos com gays (0,4%).

Não obstante o sofrimento de violência que experimentam as pessoas LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo, ainda existe movimentação no Congresso Nacional, por parte de membros da Frente Parlamentar Evangélica – FPE⁷, no intuito de ver aprovado o Projeto de Cura Gay, também conhecido pelos nomes Terapia da Reorientação Sexual, Terapia de Conversão ou Terapia Reparativa, que consiste “no conjunto de técnicas que tem o objetivo de extinguir a homossexualidade de um indivíduo [...] inclui métodos psicanalíticos, cognitivos e comportamentais e, além disso, são utilizados tratamentos de ordem clínica e religiosa” (JUSBRASIL, 2016, p. 2).

O projeto de lei, que é de autoria do deputado federal João Campos, do PSDB de Goiás, trouxe a reboque polêmica significativa, uma vez que, ao propor a cura da orientação sexual diferente daquela definida socialmente como correta, define-a como doença, fato que vai de encontro à deliberação da Organização Mundial de Saúde – OMS, que na década de 1990 determinou a retirada da homossexualidade do rol das patologias, determinando que a homossexualidade pode ser definida como uma variação natural da sexualidade humana. Diante da determinação da OMS, no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia – CFP proibiu seus profissionais de fazerem parte de

⁶ LGBTQIA+ significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais (referência à orientação sexual), Transexuais ou Travestis ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, + engloba outras concepções de gênero, como, por exemplo, o pansexual.

⁷ Evangélico é termo genérico para, no Brasil, nomenclaturar cristãos não católicos, que experimentaram conversão religiosa ao protestantismo. No transcurso dos anos, evangélico passou a substituir protestante e crente, enquanto elemento identitário do professante da fé cristã não católica. A palavra tem sua gênese nos missionários norte-americanos, que se autodenominavam *evangelicals* (evangélicos) “adeptos do conservadorismo protestante, que desejavam afirmar a sua fidelidade ao evangelho e não à Ciência ou à razão humana” (NASCIMENTO, 2018, p.44).

quaisquer que sejam as terapias que visem a busca de alteração da orientação sexual de qualquer pessoa⁸.

Desde 2019 a homofobia é criminalizada no Brasil. Esta determinação se atrela à Lei do Racismo (7716 / 89), que prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia e procedência nacional”, a prática da lei contempla atos de “discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”. Todavia, são recorrentes as práticas homofóbicas no hoje social brasileiro, seja em falas desqualificadoras de pessoas homossexuais, seja em ações quase imperceptíveis (ou claramente perceptíveis) na funcionalidade de instituições sociais⁹. Assim, o dispositivo legal, embora se constitua dispositivo promotor de enfrentamento à homofobia, não se constitui elemento suficientemente capaz de erradicar tal prática, visto ter sido ela implantada no processo educativo colonial, ou seja, visto possuir enraizamento cultural.

Que atribui simpatia / A quem também compartilha / Que só homem e mulher /
Seguindo na “santa” trilha / Podem vir a construir / A “verdadeira” família
(FERREIRA JÚNIOR, 2023).

Também provém do inculcar religioso o entendimento de ser heterossexual a única forma de existir a família, ou seja, composta por homem, mulher e filhos. Parte-se da narrativa criacionista que afirma terem sido homem e mulher produtos da divindade e, dela, terem recebido ordem para se ajuntarem e gerar filhos (Gênesis 1:28). Este entendimento desconsidera qualquer outra forma de se constituir família e, conseqüentemente ter e ou criar filhos.

Assim, os chamados novos arranjos familiares ou famílias homoafetivas são desconsiderados, desqualificados e até demonizados, quando se leva em consideração o discurso evangélico, principalmente pentecostal e neopentecostal, que no Congresso Nacional é representado pela Frente Parlamentar Evangélica, em cuja pauta, além da “defesa da família”, está a “defesa da moral e dos bons costumes” e da “liberdade religiosa” (PRADI; SANTOS, 2017, p. 188).

Assim, então, estribilha / Do social, a “razão” / Definindo o ideal / A ser vivido e,
então / Taxa a “desobediência” / Como desvio de função (FERREIRA JÚNIOR,
2023).

O que provém do coletivo social é o que prevalece socialmente, esperando-se que os homens e mulheres, em sociedade, enquadrem-se no que lhes foi definido como

⁸ Em 2011, o deputado federal João Campos, do PSBD de Goiás, protocolou na Câmara dos Deputados um Projeto de Decreto Legislativo – PDC, para suspender a resolução do Conselho Federal de Psicologia. Em 2013, o PDC foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados. Porém, quinze dias depois, em decorrência da repercussão social, por determinação de seu partido, o deputado João Campos levou à Câmara requerimento que pedia o cancelamento da tramitação de sua proposta.

⁹ Leia-se o artigo **Homofobia “silenciosa, mas efetiva” em determinadas instituições sociais: as Forças Armadas**, disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Homofobia-silenciosa-mas-efetiva-em-determinadas-instituicoes-sociais-as-Forcas-Armadas>

correto, enquanto modo de ser e estar no mundo. O coletivo estabelece sua primazia sobre o indivíduo e este, por sua vez deve aquiescer ao que lhe é imposto.

Verdade é que o indivíduo pode se rebelar diante do idealizado pelo coletivo social, visto que não se anula a sua individualidade (DURKHEIM, 2007). Todavia, sobre aquele ou aquela que vai de encontro ao que está definido como correto, socialmente falando, recairão as sanções sociais, uma vez que será definido como possuidor de comportamento desviante (LARAIA, 2011).

Buscar na investigação / O conhecer, sempre mais / Desconstruindo tais práticas / Mostrá-las não naturais / Exercer bem a função / De Cientistas Sociais / Mostrando, pois, que os ais / Que no social perdura / Negro, mulher e homossexual / Deles sofrendo a agrura / Não existem desde sempre / É invenção, é Cultura! (FERREIRA JÚNIOR, 2023)

O social não se constitui algo dado, possuidor de uma essência natural, uma realização *a priori*. É o resultado de ações humanas deliberadas, ou seja, realizadas propositadamente, porquanto seus agentes, antes de executá-las, tinham definido o porquê de sua execução, visto que previamente definiram a que demanda/demandas deveriam atender. Ao/à cientista social cabe fazer o caminho de retorno ao ontem histórico do hoje social¹⁰, e, a partir da compreensão de que o hoje social tem enraizamento em acontecimentos anteriores a ele, esse/essa profissional se debruça sobre as fontes históricas, buscando entender o processo de formação da sociedade em que vive ou outra que investigue.

Assim, apreendidos os elementos constitutivos formadores do que se revela no hoje social, o/a cientista social exerce seu papel, que é, à luz da ciência, explicar o real, visto que, de acordo com Durkheim *apud* Bourdieu *et al* (1999, p. 26), “a vida social deve ser explicada, não pela concepção que têm a seu respeito os que participam nela, mas por causas profundas que escapam à consciência”. Dito de outra maneira, o social somente se explica pelo social.

Diante disso, o machismo, o racismo e a homofobia, práticas recorrentes no hoje social brasileiro, passam a ter suas existências explicadas, passam a ser mostrados como “frutos” de uma “árvore” anteriormente plantada e não espontaneamente brotada. Assim, os maus tratos - por ações ou palavras – direcionados ao negro, à mulher e ao homossexual não são derivados de uma “natureza humana”, mas de um aprendizado, resultante de uma socialização, ou seja, são elementos constitutivos de uma cultura e esta, por sua vez, é resultado de humana invenção.

Considerações Finais

Sabendo-se que o que os homens e mulheres exteriorizam em sociedade não provém de inatismo, de outro modo dizendo, não são decorrentes de uma

¹⁰ A nomenclatura cientista social é usada no texto fazendo referência a todo profissional que se dedica ao estudo da sociedade, seja a que vive ou outra que investigue. Assim, não se limita à tríade antropólogo, cientista social e sociólogo, mas inclui historiadores, geógrafos e outros.

essencialidade humana, mas de uma subjetividade forjada pelo social, que se apreende mediante o experimento de um processo de socialização, que tem na família, na religião e na escola seus principais agentes e, na educação, sua via de realização.

Sabendo-se que práticas como o machismo, o racismo e a homofobia, promotoras de agruras e também mortes a negros, mulheres e homossexuais na sociedade brasileira, são resultados de aprendizados, porém são tidas como “naturais”, ou seja, como dadas, como existentes desde sempre.

Cumpra, a quem exerce a função de cientista social, empenhar-se em fazê-la desenvolvida, investigando e socializando as descobertas decorrentes de sua investigação e, quando do desenvolvimento de sua prática pedagógica, desconstruir as práticas naturalizadas socialmente.

Dado que a BNCC orienta para que aja, quando do ensino de história, estímulo à compreensão do estudante, no referente aos acontecimentos históricos, relações de poder e processos sociais, bem como os mecanismos que são construídos visando à manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, ocorridas ao longo do tempo e em diferentes espaços, a experiência realizada em sala de aula, mantendo o diálogo entre Literatura de Cordel e Ensino de História, a primeira servindo como ferramenta pedagógica para a ministração do segundo, resultou positiva. Vez e voz foram dadas aos estudantes. Diálogos contrapostos se fizeram anunciar. Enfim, o ensino e a aprendizagem se deram numa dimensão dialética e dialógica.

Neste texto, foi mostrada a interdisciplinaridade entre o conhecimento histórico e a literatura de cordel. Trata-se de uma metodologia que utilizamos em aulas de história ministradas a alunos de Ensino Médio (Rede de Ensino Estadual). Além de promover suavidade na prática pedagógica, o uso do cordel no Ensino de História estimula o aluno à participação no processo da aula, visto que se identifica com algo que pertence a seu mundo.

Referências

ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia.. In: PRIORE, Mary D. (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 2009.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo. Perspectiva. 2009.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J. Claude; PASSERON, J. Claude. *A profissão do sociólogo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 3^a ed. 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis. Vozes. 2020

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História & Geografia* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2007.

CUCHÉ, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru. EDUSC. 2002.

DA MATTA, Roberto. A antropologia no quadro das ciências sociais. In: _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DURKHEIM, Émile D. *As regras do método sociológico*. São Paulo. Martins Fontes. 2007.

_____. *Educação e Sociologia*. Petrópolis. Vozes. 2011.

FAZENDA, Ivani C A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo. Edições Loyola. 2006.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo. EDUSP. 2004.

FERREIRA JÚNIOR, José. A construção histórica da inferioridade feminina no Brasil. In: SOUZA, Liliane P. (Org) *Sobre mulheres: as melhores coletâneas de 2020*. Campo Grande- MS. Editora Inovar. 2020.

FOLLADOR, Kellen J. A mulher na visão do patriarcado brasileira: uma herança ocidental. Revista *Fato&Versões*, n^o 2, v. 1. Disponível em www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. Guanabara. 1989.

LAPLANTINE, François. O campo e a abordagem antropológicos. In: _____ *Aprender Antropologia*. 5^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LARAIA, Roque de B. *Cultura, um conceito antropológico*. Brasília. UNB. 2011.

JUSBRASIL. Entenda o projeto da cura gay. 2016. Disponível em <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/376191509/entenda-o-projeto-da-cura-gay> Acesso em 05-06-2023.

MODESTO, Mônica A; SANTOS, Tatiana F. Perspectiva do ensino de história nos anos iniciais sob a égide de uma temática ambiental. 2015. Disponível em <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/2151/446> Acesso em 29 de maio de 2023.

NASCIMENTO, Magali da C. Sobre crentes, protestantes, evangélicos e Rubem Alves. São Paulo. 2018. Disponível em

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/sobre-crentes-protestantes-evangelicos-e-rubem-alves/> Acesso em 30 de maio de 2023.

PRADI, Reginaldo; SANTOS, Renan W dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social revista de sociologia da USP*, v. 29, n. 2, pp. 187-213, 2017.

RECHENBERG, Fernanda. *Imagens e trajetos revelados: estudo antropológico sobre fotografia, memória e a circulação das imagens junto a famílias negras em Porto Alegre, RS*. Tese Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre – RS. 2012. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77135/000894384.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20 de junho de 2023.

REIS, José C. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro. FGV. 2006.

REIS, João J; GOMES, Flávio dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Claro Enigma. 2012.

ROCHA, Everardo P Guimarães. *O que é etnocentrismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp 7-22.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III, formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2010.

SANTOS, Pérsio. *Introdução à Sociologia*. São Paulo. Atlas. 2010.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas. Autores Associados. 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Marlise V. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo. Cortez. 1992.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília. UNB. 2010.